

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.566 - CE (2019/0294020-7)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : JOSE VALDIR DE CASTRO MOURA NETO**  
**ADVOGADO : JOSE VALDIR DE CASTRO MOURA NETO - CE031481**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**  
**PACIENTE : ELIAS FRANCISCO REGIS NETO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar, impetrado em favor de ELIAS FRANCISCO REGIS NETO, em face do Tribunal de Justiça do Ceará, assim ementado (fl.111):

HABEAS CORPUS. COMERCIALIZAÇÃO ILÍCITA DE ANABOLIZANTES E MEDICAMENTOS PROIBIDOS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXPRESSIVA QUANTIDADE DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS APREENDIDAS. GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE DOS AGENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA. 1. A prisão preventiva é medida excepcional que somente deve ser decretada quando presentes os requisitos legais, em decisão fundamentada, com o necessário exame da inadequação ou insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão. 2. No caso, a prisão cautelar apresenta suficiência de razões, sendo estatuída com foco na garantia da ordem pública, onde a autoridade impetrada ressalta a materialidade, a presença de indícios suficientes de autoria e as circunstâncias em que se deu a prisão do paciente – preso em flagrante delito na posse de expressiva quantidade de anabolizantes e medicamentos proibidos pela ANVISA – elemento concreto que bem demonstra a gravidade da conduta perpetrada e a periculosidade social do acusado, autorizando a conclusão de que solto, representa um sério risco à ordem pública, face os fortes indícios de que a comercialização ilícita por ele praticada é habitual e em grande escala. 3. A aplicação de medidas cautelares diversas à prisão revela-se inadequada, sendo o recolhimento provisório dos pacientes ao cárcere materialmente necessário para a salvaguarda da ordem social. 4. Eventuais condições favoráveis dos réus não são obstáculos à manutenção do confinamento ad cautelam, quando demonstradas, como no caso em apreço, a necessidade e a conveniência da custódia. 5. Ordem denegada.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 5/6/2019, convertido em preventiva, sendo denunciado pela prática dos delitos tipificados nos arts. 273, § 1º-B, I e V, e 288, na forma do art. 69, todos do Código Penal.

O impetrante argumenta, em suma, a ausência dos requisitos do art. 312

# Superior Tribunal de Justiça

do CPP e inexistência de fundamentação idônea para manutenção da constrição cautelar.

Aduz, por fim, que o paciente encontra-se na mesma situação fática-processual dos corréus que encontram-se em liberdade pela concessão de liminar através dos HC's 534.040 e 535.796/CE deste relator.

Requer, por isso, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 da mesma lei processual.

Na origem, Ação Penal 0020583-46.2019.8.06.0115, instaurada no bojo da "Operação Hipertrofia", o processo encontra-se com prazo para apresentação da defesa preliminar, consoante informações prestadas, em 31/7/2019, nos autos do HC 522.874/CE (conexo a este *writ*).

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Extrai-se do édito prisional cautelar (fls. 82-83):

[...] Passo, então, a analisar a necessidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva, nos termos do art. 310, II, do CPP. [...] Feitos esses breves esclarecimentos, entendo ser o caso de conversão do flagrante em preventiva, não só por estarem presentes os indícios de autoria e a materialidade (que restaram demonstrados pelos depoimentos testemunhais e dos custodiados, mas também pelos laudos provisórios que acompanharam os APFs), **mas também em razão da gravidade concreta da conduta dos custodiados extraída grande volume de produtos apreendidos (sobretudo na posse dos custodiados Tuianan e Uianan) e conversas obtidas no aplicativo whatsapp (realizada entre os custodiados) que fortalecem os indícios, obtidos durante as investigações policiais, de comercialização das sobreditas substâncias e que esta ocorria com habitualidade.** Cenário que, a meu ver, que impõe a medida extrema como forma de garantia da ordem pública, dado o perigo de morte concreto a que é exposta a coletividade (vez que o consumo dos citados produtos pode colocar em risco a vida de quem os consomem). Ademais, não vejo como adequadas a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319, do CPP, haja vista que, no caso concreto, não resguardariam a ordem pública, pois como destacado pelo membro do Parquet todos os custodiados declararam trabalhar em academias, o que torna concreto o risco de reiteração

# Superior Tribunal de Justiça

criminosa. Ressalte-se, por fim, que as condições pessoais favoráveis dos custodiados não são impeditivos para decretação da preventiva. Assim, pelos fundamentos expostos, homologo os flagrantes convertendo-os em prisões preventivas. [...]

Como se vê, embora tenha o Juiz de origem apresentado fundamentação com esteio na gravidade concreta da conduta, tanto em razão da habitualidade no comércio dos anabolizantes, quanto pelo grande volume apreendido na posse dos pacientes, denota-se que os riscos apontados não exigem tão gravosa cautelar como a prisão, pois a quantidade de medicamentos apreendidos não se revela expressiva, tratando-se de 1 caixa de cloridrato de sibutramina monoindratado (30 cápsulas), 1 frasco de stanozolol depot 50mg/ML de 15 ML e outro de 30 ML, de acordo com o descrito no *Habeas Corpus* 534.040/CE, conexo a este.

A Sexta Turma tem entendido, segundo o qual, ainda que a quantidade e a diversidade de medicamentos e anabolizantes apreendidos seja elevada, quando se trata de paciente primário, com endereço certo e venda dos remédios e anabolizantes em academia de ginástica de sua propriedade, não se justifica a prisão preventiva, Nesse sentido:

**HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR MEDIDAS CAUTELARES. POSSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA.**

1. Em que pese a quantidade e a diversidade de medicamentos e anabolizantes apreendidos com o paciente, as circunstâncias do caso concreto, quais sejam, paciente primário, com endereço certo e venda dos remédios e anabolizantes em academia de ginástica de sua propriedade, autorizam a substituição da prisão por medidas cautelares diversas da prisão (art. 319, I e II, do CPP).

2. Ordem concedida para substituir a prisão do paciente por medidas cautelares diversas da prisão (art. 319, I e II, do CPP). (HC 389.220/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Rel. p/ Acórdão Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 02/08/2017).

Ante o exposto, defiro a liminar para a soltura do paciente ELIAS FRANCISCO REGIS NETO, a fim de determinar o cumprimento da medida cautelar de apresentação a cada 2 meses, proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial, de ter contato pessoal com demais corréus e de não frequentar academias de musculação e ginástica, o que não impede a fixação de outras medidas cautelares diversas da prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Solicitem-se informações, em especial, sobre o andamento da Ação Penal 0020583-46.2019.8.06.0115, inclusive a senha para a sua consulta no *site* do Tribunal *a quo*.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

